



35029331



08016.004767/2026-98



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas Penais
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

1. Nos termos do Decreto n.º 7.845, de 14 de novembro de 2012, e da legislação em vigor, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, bem como sobre proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como obedecer à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assim como a:

- a) Tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pela Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- b) Preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- c) Não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
- d) Não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo;
- e) Informações classificadas em qualquer grau de sigilo;
- f) Informações relativas aos materiais de acesso restrito da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, salvo autorização da autoridade competente.

2. Nos termos do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, e da legislação em vigor, comprometo-me a manter em sigilo os dados, as informações, os documentos e os materiais sigilosos que, direta ou indiretamente, tiver acesso ou conhecimento.

(Local), __ de _____ de _____.

(Assinatura do Representante Legal)
Nome do representante legal
(Número da Carteira de Identidade e CPF)

Observação:

1) Esta declaração servirá apenas como modelo, devendo o declarante elaborar a sua própria versão com os dados corretos da empresa, em papel timbrado ou que a identifique.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Giordano, Assessor(a) Técnico(a) Especializado(a)**, em 25/03/2026, às 11:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **35029331** e o código CRC **D571E8F6**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.